

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



Famílias atingidas defendem seus direitos, tradições e meios de sobrevivência em Acordo de Reassentamento da ZAS

Páginas 4 e 5

Anglo American solicita licença para 2º alteamento da barragem de rejeitos
Página 6

Plano de Reassentamento de Gondó é aprovado, mas exclui 76 famílias
Página 7

Moradores do reassentamento Piraquara buscam assegurar direitos e indenizações
Página 8

Lembranças de Água Santa: Nova série traz histórias da extinta comunidade
Página 10

Editorial

Ciclo de desafios e conquistas

2024 foi um ciclo de grandes desafios para as comunidades atingidas pelo complexo Minas-Rio, da Anglo American. Entre eles, a negociação para reassentamento das comunidades que estão abaixo da barragem de rejeitos (Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém, Beco) mudou a rotina de seus moradores. Eles se envolveram em diversas reuniões com a mineradora, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Assessoria Técnica Independente (ATI) Nacab, para discutir propostas e construir o Plano de Reassentamento. A ATI realizou oficinas de cartografia social, apresentou os principais temas em metodologias participativas e organizou as assembleias deliberativas.

Entre agosto e novembro, a busca de consenso entre a mineradora e as comunidades foi mediada pelo Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compor-MPMG) e pela Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos (CPRAC-MG), em Belo Horizonte. **Uma grande conquista foi garantir a participação das pessoas atingidas nessas reuniões, através do Comitê Representativo eleito por elas, que defendeu com coragem e vigor direitos e demandas das comunidades.** Representantes dos municípios e do estado também estiveram presentes e outros moradores acompanharam as sessões pela Promotoria de Conceição do Mato Dentro.

O Acordo assinado em 27 de novembro não cobre todos os direitos previstos nas leis, mas representa grande avanço para as comunidades que lutam há mais de 10 anos. **Nenhum reassentamento involuntário deve ser celebrado, mas há de**

se reconhecer que houve conquistas importantes em relação às primeiras propostas da mineradora. E, como descrito pelo Compor, foi um “Consenso inédito e transformador”, por ser a primeira vez que pessoas atingidas participaram da mesa de negociação para um acordo dessa relevância. Foi também a primeira vez que a Lei “Mar de Lama Nunca Mais” (Nº 23.291/2019) foi aplicada em contexto fora de emergência ou de rompimento de barragem, determinando um reassentamento preventivo. **Assim, foi aberto precedente para que outras medidas possam evitar desastres relacionados a barragens, como os lamentáveis ocorridos em Mariana e Brumadinho.**

Em paralelo, a ATI assessorou moradores de Gondó, afetados pelas operações da mina da Anglo American. Após um ano de oficinas para construção participativa e de alguns adiamentos, em setembro, a mineradora entregou o extrato de propostas do Plano de Reassentamento. Depois de análises e pedidos de ajustes pela comunidade, a mineradora apresentou proposta final, aprovada pela maioria em 28 de novembro. Porém, 76 famílias ficaram de fora da área de abrangência do reassentamento e seguem reivindicando seus direitos.

Confira também: Moradores do reassentamento Piraquara buscam assegurar direitos e indenizações; Anglo American faz pedido de licença para 2º alteamento da barragem; Lembranças de Água Santa, série de histórias do povoado extinto e reassentado há cerca de uma década; artigo sobre tradições e registros de celebrações religiosas.

Um ano novo com muita saúde, conquistas e realizações!

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção do nossos canais de comunicação, sinta-se a vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!

EXPEDIENTE INFORMATIVO ATI 39

EDIÇÃO 23 – 2º SEMESTRE DE 2024

Produção: Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab | **Edição:** Brígida Alvim | **Textos:** Patrícia Castanheira, Georgyanne Sena, Brígida Alvim, Silmara Filgueiras | **Diagramação:** Rodrigo Teixeira | **Revisão Jurídica:** Roberto Figueiredo | **Tiragem:** 500 exemplares

Capa: Lucinéia Teixeira da Silva, produtora rural e moradora de Passa Sete, conduzindo a vaca “Maiada” para ordenha. (Foto: Georgyanne Sena)



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR code

📧 @nacabmg

📘 facebook.com/nacabmg

🌐 nacab

🌐 www.nacab.org.br

Conceição do Mato Dentro (MG): Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro | CEP: 35.860-000

Rua Dâmaso, 55, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) | CEP: 35.862-000

Rua José Paulino, s/nº, Matozinhos (ao lado da Casa dos Romeiros)

Durão I, Gondó - zona rural de Conceição do Mato Dentro

Casa Paroquial, distrito de Córregos

Viçosa (MG): Rua Santo Antônio, 30, João Braz | CEP: 36.576-208

Contatos:

Ana Paula:
(31) 9 7155-1491 (Centro)

Sheila:
(31) 9 9692-4467 (Sapo)

✉️ ati39.comunicacao@nacab.org.br

Por dentro das leis

Você sabia que existem **leis e normativas** que buscam assegurar os direitos das comunidades atingidas por barragens?

A **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**, lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, é um marco regulatório que define o conceito de pessoas atingidas por barragens, assegura os direitos dessas populações e estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor. A PNAB é voltada a quem sofre impactos provocados pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens.

A **Lei Mar de Lama Nunca Mais**, nº 23.291, de 25/02/2019, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens. Ela rege sobre licenciamento ambiental e fiscalização de barragens de rejeitos industriais ou de mineração em Minas Gerais, de forma articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens. Foi com base nessa lei que em 2023 a Justiça de Conceição do Mato Dentro sentenciou a Anglo American a reassentar as comunidades situadas na Zona de Autossalvamento (ZAS) e proibiu o governo do estado a emitir licença ambiental para alteamentos da barragem, enquanto não houver o reassentamento.

Diretrizes internacionais para reassentamento

O **International Finance Corporation (IFC)**, membro do Banco Mundial, lista diretrizes para que processos de reassentamento sejam conduzidos de forma justa e transparente. São padrões a serem seguidos por empreendedores de grandes projetos, como a Anglo American, para minimizar os impactos negativos do deslocamento de famílias e comunidades. Principais orientações:



Consulta e participação

- As comunidades devem ser consultadas em todas as fases do processo de reassentamento, para garantir que as decisões

sejam tomadas com a participação informada das famílias.



Compensação justa - Todas as perdas de bens, incluindo casas, terras e meios de subsistência

devem ser compensadas com valor justo de mercado, sem depreciação.



Restauração dos modos de vida

- O reassentamento deve restaurar ou melhorar as condições de subsistência, para que as famílias reassentadas

possam continuar suas atividades econômicas, como agricultura ou comércio. A empresa deve oferecer apoio contínuo para que os meios de vida sejam restaurados de maneira sustentável.



Segurança

- As famílias devem ser reassentadas onde possam ter segurança de posse e não serem atingidas novamente. O local deve

ser seguro e legalmente protegido.



Monitoramento e avaliação

- O processo de reassentamento deve ser continuamente monitorado e avaliado para garantir que os compromissos assumidos estejam sendo cumpridos e que os impactos

negativos sejam minimizados.



Reconstrução melhorada

- Devem ser proporcionadas oportunidades de desenvolvimento econômico e social que superem as condições anteriores ao

deslocamento. Isso inclui moradias de melhor qualidade, acesso facilitado a serviços públicos, oportunidades educacionais e de trabalho, espaços comunitários que fomentem a coesão social (união, solidariedade).

Comunidades da ZAS assinam acordo para reassentamento



Reunião no Compdor/MPMG para assinatura do Acordo, 27 de novembro de 2024.

No dia 27 de novembro foi assinado um Acordo para Reassentamento das comunidades Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém e parte do Beco, além de localidades que estão na Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem de rejeitos da Anglo American, nos municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro. O Plano de Reassentamento, construído com a participação das comunidades, contempla aproximadamente 400 famílias. O Termo de Acordo foi assinado por representantes das comunidades; da Anglo American; dos municípios; do governo do estado; do Ministério Público de Minas Gerais e da Assessoria Técnica Independente ATI 39 Nacab.

Em setembro de 2023, uma sentença judicial obrigou a mineradora a reassentar as

comunidades em Zona de Autossalvamento da barragem de rejeitos. Elas já vinham lutando por seus direitos há mais de 10 anos. A partir daí, foi iniciada a negociação para a construção do Plano de Reassentamento, com o apoio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público e o assessoramento da ATI 39 Nacab. Após a homologação do acordo, o processo judicial será extinto, para o cumprimento do Plano de Reassentamento, que tem valor estimado em 900 milhões de reais.

Participação das comunidades

De agosto a novembro de 2024, as negociações dos pontos de dissenso entre as propostas da mineradora e das comunidades foram mediadas pelo Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compdor) do Ministério Público e a Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos (CPRAC) do Estado de Minas Gerais. Além de conquistarem cadeiras na mesa de negociação, por meio de representantes, as pessoas atingidas conheceram e votaram as propostas em assembleias comunitárias conduzidas pela ATI Nacab.

Na Assembleia Geral do dia 25 de novembro, em São José do Jassém, a maioria das pessoas atingidas votaram a favor da proposta final do Plano de Reassentamento, antes da assinatura do acordo. Participaram 114 pessoas. Dessas, 83 votaram a favor da proposta, uma votou contra e 30 se abstiveram.



Assembleia Geral de votação final da Proposta do Plano de Reassentamento das comunidades da ZAS, 25 de novembro de 2024

“Quero reforçar e parabenizar todo o envolvimento da comunidade. Foram muitas reuniões, em Jassém, no Ministério Público em Belo Horizonte e em Conceição do Mato Dentro. Esse é o primeiro caso ocorrido no Brasil em que um acordo desse porte é feito com pessoas atingidas participando ativamente e negociando diretamente as condições do Acordo. É algo que temos que valorizar, pois desde a elaboração das propostas o Plano de Reassentamento foi construído com a participação efetiva das comunidades”, ressalta José Ignácio Esperança, coordenador jurídico da ATI 39 Nacab.



Quem está na ZAS?

A sentença judicial determina à Anglo American o reassentamento das comunidades da ZAS, citando São José do Jassém, Água Quente e Passa Sete. Porém, em 2024 a comunidade do Beco soube que está na mancha de inundação da barragem e pleiteou participação junto às outras no processo de reassentamento. Uma parte da comunidade foi incluída.

Preocupação com o recomeço

A maior preocupação das pessoas atingidas é que possam ter nos novos terrenos garantia de água de qualidade, solo adequado para continuarem a criação de animais e o cultivo de lavouras, além de preservarem as relações familiares, econômicas e sociais das comunidades, resistentes por muitos anos e gerações. Conforme previsto na sentença, no processo de reassentamento deve ser assegurada a manutenção da identidade, dos modos de vida, dos traços culturais e sociais existentes nas comunidades de origem.

Apesar do progressivo esvaziamento que já tem ocorrido nas comunidades atingidas, consequentes das negociações com a mineradora, centenas de famílias permaneceram e buscam manter seus modos de vida e o sustento pela produção rural. Tudo em sistemas colaborativos e entrelaçados pelas boas relações entre vizinhos e comunidades.



“Sou produtora rural há 28 anos, eu crio gado, produzo artesanalmente cachaças, queijos, requeijão, doce de leite e outros produtos caseiros e com a renda eu ajudo a sustentar minha família. Espero que esse reassentamento seja digno e eu consiga continuar com as minhas atividades e produções”.

Lucinéia Teixeira da Silva,
produtora rural e moradora de Passa Sete



“As nossas terras são bem férteis e produtivas. Criamos gado, galinhas, plantamos milho, feijão, arroz, inhame, mandioca, cana, café, amendoim, banana, abacaxi... Nossa horta é farta de verduras e legumes, tudo para nosso consumo. Nossa preocupação é termos de ir para um terreno menor e não conseguirmos manter nossas produções. Tudo que a gente conseguiu até hoje foi trabalhando aqui”.

Edilene Rodrigues Miranda e José Adilson Miranda,
produtores rurais e moradores do Beco

Mineradora busca licença para 2º alteamento da barragem de rejeitos

Foi publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, no dia 10 de outubro, a informação de que a Anglo American solicitou a Licença Ambiental para implantação do 2º alteamento da barragem de rejeitos de minério de ferro. A mineradora apresentou Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para análise da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), órgão licenciador do estado.

A Semad realizará as análises de toda a documentação protocolada, incluindo o EIA-RIMA. Aliada à análise documental, ainda haverá a Audiência Pública para debate, com divulgação ampla e informada à sociedade sobre o processo de alteamento. Caso todos os documentos, estudos e audiência atendam à legislação, a Licença Prévia é concedida e em seguida a empresa pleiteia as Licenças de Instalação e Licença de Operação. Em todas as Licenças (LP, LI e LO) é provável a inclusão de condicionantes a serem cumpridas pela empresa. Essas condicionantes são impostas conforme os riscos e impactos avaliados pela Semad em cada fase do licenciamento.

Mancha hipotética de inundação

O estudo apresentado pela Anglo American no pedido de licenciamento aponta sobre a mancha hipotética de inundação, em caso de ruptura da barragem. A nova mancha hipotética incluiria a comunidade de São José do Arrudas, além de Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém, que já estão na mancha do cenário atual, e uma nova parte do Beco.

De acordo com o estudo, a Anglo American pretendia incluir as novas áreas no Plano de Reassentamento desenvolvido nas comunidades da ZAS (Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém e parte do Beco). Porém, a comunidade de São José do Arrudas avaliou não ser obrigada a aderir neste momento, por ser um plano construído por outras comunidades, sem sua participação, e com propostas e discussões muito avançadas. Além disso, a comunidade considera precoce a conversa sobre reassentamento, já que o pedido de licença ainda será avaliado e terá um percurso longo a seguir.

Foto: Samuel Medeiros

Projeto - 2º alteamento da barragem

Objetivo: aumentar a capacidade de disposição de rejeitos do sistema Minas-Rio, a partir do alteamento de 700 metros para 725 metros de elevação da barragem de rejeitos.

Duração: A previsão é de que o processo de alteamento da barragem dure aproximadamente 12 anos e de que, após isso, a barragem opere até 2073.

Alguns impactos ambientais:

- Supressão de 421,17 hectares de vegetação.
- Retirada de material de locais chamados de “áreas de empréstimo”, em que haverá remoção de terra para uso na elevação dos barramentos e diques de sela, ao longo do processo de alteamento da barragem, o que ocasionará novos impactos negativos em algumas comunidades.



Capacidade atual: Hoje a barragem possui volume superior a 146 milhões de metros cúbicos de rejeitos e a capacidade máxima é de 175,24 milhões de metros cúbicos de rejeito.

Capacidade com o 2º alteamento: até 335 milhões de metros cúbicos de rejeito, considerando a capacidade máxima.

Plano de Reassentamento de Gondó é aprovado, mas 76 famílias ficam de fora



Fotos: Silmara Figueiras

Assembleia Geral de votação da proposta final do Plano de Reassentamento de Gondó, 28 de novembro de 2024

Moradores de Gondó, na zona rural de Conceição do Mato Dentro, aprovaram as propostas finais do Plano de Reassentamento apresentado pela Anglo American. A votação foi em Assembleia Geral, dia 28 de novembro, após análises, pedidos de ajustes e negociações entre a mineradora e comunitários, com assessoramento técnico do Nacab.

Participaram 63 representantes das 74 famílias consideradas elegíveis pela mineradora. Foram 52 votos a favor, 10 reprovações e 1 voto nulo. Porém, ficaram de fora do Plano os núcleos familiares de cinco localidades de Gondó não reconhecidas como atingidas pela mineradora, apesar de terem sido incluídas pela Prefeitura na delimitação territorial da comunidade, que é comprovadamente afetada pelas operações da mina da Anglo American.

De acordo com a listagem da mineradora, estão elegíveis ao reassentamento apenas 74 dos 144 núcleos familiares de Gondó identificados pela ATI Nacab. Há também o registro de seis núcleos familiares que estão na área de abrangência e não foram incluídos. Assim, 76 famílias estão excluídas do Plano de Reassentamento.

Checkagem das urnas de votação utilizadas na Assembleia Geral



No cronograma proposto, as negociações com as famílias começam em fevereiro de 2025 e o prazo para adesão ao Plano de Reassentamento é agosto de 2026.

A ATI Nacab está construindo um relatório técnico reunindo elementos para solicitar novamente do poder público um posicionamento para que essas famílias também tenham direitos reconhecidos. “Continuaremos a cobrar solução contra a arbitrária delimitação que deixou boa parte da comunidade de Gondó sem direitos ao reassentamento e a buscar garantir que tenham acesso aos programas e outras formas de mitigação dos impactos”, conta Geovane Assis, coordenador territorial da ATI 39 Nacab.



“Este modelo de negociação está separando famílias, construindo conflitos entre elas. É preciso que façam uma negociação igual a todos, mesmo que pelo critério mínimo. Que juntos nós podemos construir um melhor diálogo, uma melhor negociação, principalmente para os menos favorecidos”.

Adail Ribeiro Soares, atingido não reconhecido no Plano de Gondó



Fornecimento de água e indenização às famílias reassentadas no Piraquara



Estação de Tratamento de Água (ETA) do reassentamento Piraquara.

Moradores do reassentamento Piraquara, em Conceição do Mato Dentro, aguardam finalização e assinatura de um acordo entre a Anglo American, o Ministério Público e o município de Conceição do Mato Dentro. A criação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi proposta pela promotoria local do Ministério Público de Minas Gerais, para registrar compromissos da empresa em solucionar problemas apresentados em inquérito aberto pelo órgão em 2023, a partir de denúncias dos moradores.

O objetivo é assegurar a continuidade do fornecimento de água apropriada e em quantidade suficiente para o consumo humano, para a produção agrícola e pecuária das famílias reassentadas. O TAC propõe diversas obrigações para a Anglo American, como a garantia e o custeio da operacionalização, abastecimento e manutenção da Estação de Tratamento de Água (ETA) instalada na comunidade.

O inquérito civil pede soluções para reparar os danos causados pelo fornecimento de água inadequada para consumo humano durante os quatro primeiros anos do reassentamento – conforme resultados de análises laboratoriais, que apontaram presença de metais pesados nas amostras dos poços instalados pela mineradora. Segundo os moradores, além dos problemas relacionados à água, a falta de planejamento da mineradora ao instalar o reassentamento desencadeou novos problemas para as famílias, como acesso precário à saúde e à educação; a falta de calçamento nas vias; a ausência de área de convivência comum e de lazer; e a inexistência de coleta de lixo.



“Temos na comunidade muitas pessoas idosas e crianças. Então, são nossas preocupações a qualidade das estradas, o acesso à saúde e à escola. O

transporte escolar só passa às 5:40 aqui, as crianças chegam na escola antes das 7h e esperam a escola abrir do lado de fora. Crianças que estudam à tarde precisam esperar até depois do almoço. Ficamos quase um ano sem atendimento da agente de saúde. Além disso, em Conceição do Mato Dentro têm vários projetos que não chegam aqui. Nossas crianças não têm oportunidades, ficam prejudicadas em relação às outras”.

Ludmila Santos Neves, moradora do reassentamento



“A ETA já está em funcionamento e minha situação está sendo resolvida. As coisas estão caminhando.

Trocaram a caixa da minha casa para uma de 10 mil litros.

Também arrumaram meu telhado e pintaram minha casa. As trincas sumiram, graças a Deus! Fizeram um trabalho até muito bom. Agora eles estão mexendo na caixa de gordura da cozinha. Em reunião, disseram que vão calçar a estrada no ano que vem porque ainda estão tirando as enxurradas. Também precisam resolver a documentação do terreno e assinar o TAC.”

Carlos Santos Reis, morador do reassentamento



Associação comunitária

As indenizações cobradas pelo Ministério Público poderão ser aplicadas em projetos coletivos e em melhorias de infraestrutura para o reassentamento. O desejo que o recurso seja integralmente aplicado para a comunidade que sofreu os danos coletivos motivou as famílias do Piraquara a se organizarem em uma associação comunitária. A equipe do Nacab ofereceu, em setembro, duas oficinas sobre associativismo e cooperativismo à comunidade e apoiou na criação do estatuto da associação. Houve, conjuntamente, o apoio voluntário de uma consultoria especializada em associativismo, que auxiliou na organização e criação da associação.

Nas reuniões com a ATI, as pessoas atingidas compartilharam planos de desenvolver projetos de geração de renda, aproveitando a vocação produtiva local. A expectativa é de que possam utilizar do recurso proveniente da indenização da mineradora para desenvolvê-los.

“Quando a gente chegou aqui tinha muita expectativa. A Anglo apresentava vários projetos, como horta comunitária e plantio de batatas. Recebemos apoio para a produção de mudas, mas não para vendas. Sem transporte, não tinha como vender e o projeto não foi pra frente. Aos projetos que tínhamos aqui, não foi dada prioridade. É uma comunidade humilde, em que as pessoas falam pouco nas reuniões, mas no dia a dia estão juntas, conversando. Agora a comunidade voltou a ser unida, voltou a acreditar e a cobrar!”, avalia a moradora Ludmila Neves.



Foto: Patrícia Castanheira

Caixas-d'água de 10 mil litros que foram adquiridas para atender demanda das famílias

Lembranças de Água Santa

Lugar que deixou saudades

O galo cantou! Era dia de festa e todos acordaram agitados com os preparativos. Os enfeites ficaram prontos no dia anterior, mas ainda precisavam ser colocados em seus devidos lugares. Os arcos eram feitos de folhas de coco ou de bambu e as bandeirolas coloridas alegravam toda a estrada, marcada com bolinhas de argila branca, por onde os fiéis passavam para homenagear Nossa Senhora Aparecida. A realização dessa festa é uma das mais lindas recordações das pessoas que viveram na comunidade rural Água Santa, em Alvorada de Minas.



“Era um corre-corre, a gente ficava com medo do padre chegar e não estar tudo preparado. O Reinado saía da casa de alguém que morava mais próximo do local da festa, um terreno do senhor José Rosa Teixeira. Ele tinha doado uma parte para a construção da capela, mas não tivemos tempo para construir. A comunidade era muito unida”, relata Selma Rodrigues, que morou 18 anos em Água Santa e foi reassentada em Fazenda Diamante, localidade de Gondó.



Casa do José Rosa Teixeira, na antiga comunidade de Água Santa

Continuando a recordar, ela conta que a água para lavar as mãos ia na “cangaia” e a água para beber ia junto com os lanches na charrete. A festa, realizada em outubro, envolvia todos. Tinha gente que ia para casa do vizinho enrolar os biscoitos que eram assados no forno de barro. Outros iam buscar lenha e até as crianças ajudavam a varrer o terreiro.

Era o dia mais movimentado na comunidade, que reunia gente de “tudo quanto é lugar”, do Serro, Conceição do Mato Dentro, Itapanhoacanga, São José do Arrudas... Montados a cavalo, passavam pelo caminho, estreito e areento, mas encantador! A paisagem do lugar ganhava um charme especial com os adornos feitos pela comunidade.

O lugar era alegre, ali ninguém ficava parado. Os moradores, muitos da mesma família, plantavam feijão, arroz, milho, mandioca, horta, não faltava quase nada. O plantio acontecia com troca de dias de serviço e de mercadorias, poucos produtos eram comprados. Também faziam farinha, doces, biscoitos, bolos e cuidavam das galinhas e porcos. Trabalhavam muito, mas também se divertiam.

Ao som de uma sanfona, os moradores de Água Santa, localizada no alto da serra, passavam muitas noites em encontros familiares regados a forró, muita dança e aperitivos. *“Era uma vida difícil boa”,* lembra Neusa Simões Pimenta, que morava em Água Santa e foi reassentada em Itapanhoacanga. As famílias também costumavam se banhar nas cachoeiras mais próximas, como a da Arara Azul e a do rio Passa Sete, que tinham águas abundantes e cristalinas.



Penúltima Festa de Nossa Senhora Aparecida em Água Santa, 2009

Origem do nome

Além das cachoeiras, em Água Santa existia uma fonte de água sagrada onde ninguém podia se banhar. Ela era formada por duas nascentes, uma na cabeceira e outra abaixo. Uma era quente e a outra era fria. Elas corriam juntas por uma boa distância sem se misturarem.

O lugar onde ficavam as nascentes era muito bonito, tinham duas pedras claras ao redor e a água borbulhava. Muitos moradores contam que a água tinha o poder de cura e que uma santa aparecia por lá. Graças a essa história, que passou de geração a geração, a comunidade recebeu o nome Água Santa.

“A crença é antiga, do tempo do meu avô. Quando eu era criança falavam que a Santa aparecia no local. Fui muito lá, mas nunca vi a santa. As nascentes ficavam em frente à casa dele, a mais ou menos uns 500 metros. Antigamente, quem tinha sarna ou outras doenças passava a água no corpo e curava. Pessoas buscavam água até em garrafão,



tinham muita fé. Depois, sem saber, duas mulheres entraram na água e dizem que por esse motivo a santa não apareceu mais. Meu avô até doou um terreno em volta para construir uma capela, pra ver se a santa ia pra lá”, conta Anísio Simões Pimenta, neto de Antônio Simões Pimenta (Nico Pimenta) que foi proprietário das terras onde havia as nascentes. Anísio morou 60 anos em Água Santa, passou a infância, juventude e casou-se com Zélia Pimenta. Com a chegada da mineração, o casal precisou se mudar com a família para Conceição do Mato Dentro.

Fotos: Acervo pessoal de Vanja Aparecida Teixeira



Cachoeira do Passa Sete, lazer de várias gerações, foi suprimida pela barragem de rejeitos

Comunidade extinta pela mineração

Antigos moradores contam que, por volta de 2006, apareceram homens sondando a comunidade de Água Santa e região. *“Eles chegavam, pediam água e conversavam. Diziam que tinham interesse em comprar terrenos para criar cavalos, plantar eucalipto, tirar cascalho e para outras atividades. Assim começaram as negociações das empresas minerárias, primeiro a Borba Gato, depois MMX e por último a Anglo American. Confiamos nas palavras deles, porque não tínhamos ATI, mas até hoje estamos sem a documentação da propriedade em que fomos reassentados”,* conta Selma.

A mineradora foi negociando e adquirindo as terras na região para implantar o projeto Minas-Rio, que completou 10 anos. Com a instalação do complexo minerário, incluindo a barragem de rejeitos, a comunidade de Água Santa foi extinta. Com ela ficaram represados os sonhos, as tradições, o convívio com os familiares e amigos e as lindas paisagens, que hoje re(existem) nas memórias de quem lá viveu e frequentou.

2007



Antigas propriedades

Área de Água Santa ocupada, atualmente, pela barragem de rejeitos >

2024



Imagens: Google Earth, 2024

Artigo

O homem é como o barro da terra

Por Beatriz Ribeiro, Karine Ferreira e Alcione Mendes

Como diria o poeta Itabirano, Carlos Drummond de Andrade, [...] “*Só mineiros sabem. E não dizem nem a si mesmos o irrevelável segredo chamado Minas*”. Ser mineiro é viver repleto daquilo que chamam de tradicionalidade. Um conceito que fala dos nossos modos de viver, nossos costumes, nossa forma de ver o mundo e nosso uso da terra.

As famílias tradicionais que vivem em harmonia com aquilo que plantam, colhem e produzem possuem direitos importantes reconhecidos internacionalmente. A Convenção da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil assina, entende que povos e comunidades tradicionais precisam ser preservadas em função da importância da sua existência e do seu trabalho com a terra.

**“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão...”**

Trecho de Cio da terra, canção do mestre mineiro Milton Nascimento

Reconhecer a importância da terra é viver em harmonia com o meio ambiente em um modo de vida tradicional onde ser humano e natureza são uma coisa só, convivendo de maneira cooperativa.

Entre essas comunidades, podemos pensar naqueles povos que possuem sua descendência negra, decorrente do processo de escravidão no Brasil que durou séculos. Essa catástrofe deixou feridas abertas em nossa sociedade, o que fez com que o Estado brasileiro reconhecesse a dívida histórica com essa população sequestrada do continente Africano. No Brasil rural de hoje, muitos dos filhos dessa história de luta pela liberdade são chamados Quilombolas.

Mas afinal o que é ser quilombola? Segundo os documentos oficiais, ser quilombola é se identificar com uma comunidade étnico-racial que tem história, valores, costumes e tradições próprias, e que se relaciona de forma específica com a terra. De acordo com o último levantamento de contagem da população de 2022, o Brasil tem 1,3 milhão de pessoas que se identificam como quilombolas.

O estado de Minas Gerais possui a terceira maior população quilombola do país. Este processo de reconhecimento garante Políticas Públicas de saúde, educação, compra de alimentos, entre outras. Quem não se lembra da prioridade da vacinação contra COVID-19 em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas? Isso porque nossa história só pode ser contada graças a esses guardiões. Nossas nascentes de águas e a produção de alimentos passam pelas mãos desses trabalhadores rurais.

Na região de Conceição do Mato Dentro, podemos contar com o estudo do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, que elencou diversas comunidades elegíveis a Quilombolas. Esse estudo foi muito importante na construção da cartografia social da ZAS. Porém, uma comunidade só é certificada como Quilombola se ela quiser. É um processo chamado de autodefinição que passa pela Fundação Cultural Palmares.

Identidade

No Nacab, temos duas trabalhadoras que nasceram e cresceram em comunidades quilombolas da região e se definem como mulheres quilombolas. Veja o que elas têm para contar:

“Ser Quilombola, para mim, é carregar o legado de luta e resistência dos meus antepassados escravizados, que batalharam para que eu conquistasse os direitos que tenho hoje. Reconheço que essa luta foi intensa, e sinto a responsabilidade de transmitir esse legado ao meu filho. No Quilombo do Buraco, aqui no município de Conceição do Mato Dentro, de onde venho, iniciamos nossa luta pelo reconhecimento em 2000, por meio de muitas reuniões na Associação

Comunitária. Em 2011, conseguimos a Declaração da Fundação Palmares, que nos reconheceu como Quilombolas, uma vitória imensa para as comunidades de Três Barras, Buraco e Cubas. Desde então, tivemos maior acesso a políticas públicas em diversas áreas, especialmente na educação e saúde. Atualmente, temos estudantes beneficiados com bolsas quilombolas em universidades federais, além de outras conquistas que alcançamos. Essa trajetória foi marcada por muita luta, mas conseguimos!”

Alcione Mendes

“Para mim, ser quilombola é ter orgulho da nossa identidade, reconhecer minhas raízes, minha história e a força da luta dos meus antepassados. Venho da comunidade quilombola de Queimadas, no Serro, que foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2012. No município também existem outras comunidades quilombolas já certificadas que, ao se autodefinirem como quilombolas, deram um passo importante no processo de afirmação de sua identidade, conquistando o reconhecimento de seus direitos territoriais e o acesso a políticas públicas que buscam reparar, ainda que parcialmente, a dívida histórica com essa população. Para além da agricultura familiar e das nossas tradições, nossas comunidades guardam saberes ancestrais que foram passados de geração a geração. É importante dizer que as dificuldades não desaparecem após o reconhecimento. Esse caminho tem sido marcado por desafios, como o acesso a recursos e a luta pela preservação do território frente às pressões externas. Mas, apesar disso, também celebramos conquistas e a força coletiva!”

Karine Ferreira

Galeria Cultural

A fé em Nossa Senhora do Rosário nas comunidades

Entre os dias 5 e 15 de julho de 2024, a comunidade de Itapanhoacanga, em Alvorada de Minas, fez sua tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário. Foram realizadas novena, missas e procissões, cortejo de reinado com congado, almoços comunitários e apresentações musicais. A celebração ocorre há cerca de 300 anos e é considerada patrimônio cultural de Alvorada de Minas.

Em Córregos, distrito tricentenário de Conceição do Mato Dentro, a festa ocorreu entre os dias 12 e 15 de setembro. As celebrações incluíram: recitação do terço, tríduo (três dias seguidos de oração), procissão da bandeira, levantamento de mastro, apresentação de bandas musicais, coroação, congado, marujada, um saboroso almoço comunitário e distribuição de doces.

Nas duas comunidades, vimos que o canto, a dança e a fé em Nossa Senhora do Rosário são tradições passadas de geração em geração e envolvem muitos jovens na manutenção do legado. Confira um pouco dessa riqueza aqui na Galeria Cultural e veja mais nos álbuns das nossas coberturas fotográficas. >



Registro fotográfico:
Georgyanne Sena



Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Itapanhoacanga



^ Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Córregos

Passatempo

VAMOS COLORIR?!



Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS